

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E A CONSTRUÇÃO DE DIAGNÓSTICOS SOCIOTERRITORIAIS: ferramentas de planejamento essenciais

SOCIAL ASSISTENCE SURVEILLANCE AND THE CONSTRUCTION OF SOCIO- TERRITORIAL DIAGNOSIS: essential planning tools

Filipe Antunes Lima

Mestrando em Geografia
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
antuneslimaf@gmail.com

Paulo Cezar Mendes

Professor Doutor Adjunto do Instituto de Geografia
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
pcmendes@geo.ufu.br

RESUMO

Este artigo trata-se de uma revisão da literatura, que buscou analisar e discutir os processos de construção de um diagnóstico socioterritorial, sua importância como via para o planejamento intersetorial de políticas públicas bem como, apresentar uma proposta de trabalho para a sua construção. No mesmo é possível encontrar também uma análise da legislação pertinente, da instituição e instrumentalização da vigilância socioassistencial dentro do SUAS, especialmente no que se refere à construção de diagnósticos socioterritoriais.

Palavras-chaves: Vigilância socioassistencial. Diagnóstico socioterritorial. Planejamento. Políticas públicas.

ABSTRACT

This article is a literature review, which sought to analyze and discuss the processes of construction of a socio-territorial diagnosis, its importance as a means of cross-sector planning and public policy, propose a work for its construction. The same is also possible to find an analysis of the relevant legislation, imposing the socioassistencial monitoring instrumentation and within the SUAS, in particular as regards the construction of socio-territorial diagnostics.

Key words: Social assistance surveillance. Socio-territorial diagnosis. Planning. Public policies.

INTRODUÇÃO

A realidade marginalizada de porções da população nas cidades é um fenômeno conhecido de longa data. Exemplo visual dessa condição precária são as favelas brasileiras, que denunciam os problemas de submoradia, falta de saneamento básico, riscos ambientais e outras questões sociais como miséria, fome, mortalidade infantil e violência (BRASIL, 2005a; BUSS, 2007; ENGELS, 2008; OLIVEN, 2010; SMITH, 2013; TORRES et al., 2003).

Recebido em: 04/06/2015

Aceito para publicação em: 10/11/2015

Segundo a ONU, um terço da população mundial que habita em cidades estão em situação de submoradia e em espaços segregados sem infraestrutura. Essa realidade torna-se mais representativa nas cidades dos países subdesenvolvidos onde a desigualdade social é ainda mais acentuada (UNITED NATIONS, 2014).

A questão social colocada confronta o princípio da universalidade dos direitos sociais. Mas, a realidade para muitas populações é a negação dos direitos, ou seja, a negação da cidadania. Sendo assim, o estado apresentado ataca a constituição federal e a base do Estado democrático brasileiro, quando não garante as condições mínimas para a sustentação da vida (SPOSATI, 1998). (BRASIL, 1988).

Essa realidade social instável acima descrita é a causa da existência da Assistência Social como Política de Estado, desde a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, que em seus artigos 203 e 204 prevê a existência de uma assistência social pública, gratuita e universal no Brasil (BRASIL, 1988).

Essa assistência social quebra a relação clientelista, assistencialista e filantrópica a partir desse movimento (CF/1988 e LOAS/1993) para uma relação de proteção social, de afirmação de direitos e garantia de condições sociais mais justas. Além disso, ainda modifica o público-alvo da assistência, não mais os pobres e carentes, mas toda e qualquer população que esteja em situação de riscos e vulnerabilidades (BRASIL, 1988; 1993; MESTRINER, 2001; SPOSATI, 2004).

Neste contexto, a mudança na ótica da questão social foi de grande importância para a superação dessas vulnerabilidades, que somente pode ser alcançada através de reestruturação familiar, fortalecimento de vínculos, qualificação profissional, entre outras ações.

O novo modelo de enfrentamento de questões sociais trouxe novas demandas para a assistência social, entre elas a necessidade de se conhecer o território e identificar as vulnerabilidades e os riscos, bem como das demandas por serviços socioassistenciais. Essa demanda de conhecimento do território, das populações e do serviço da assistência social motivaram a criação da Vigilância Socioassistencial com o papel de buscar e fornecer respostas às equipes da assistência e de planejamento. Segundo a LOAS, a função da Vigilância Socioassistencial é:

(...) analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) (BRASIL, 1993; 2011).

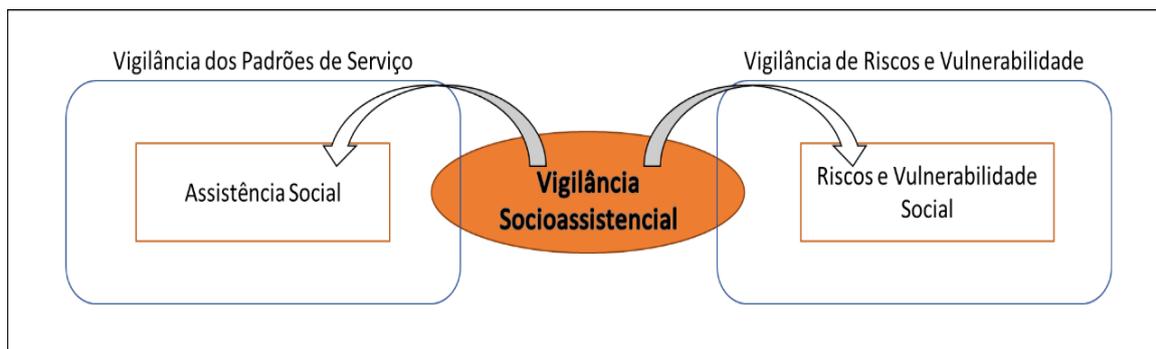
Na Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social, NOB-SUAS de 2012 em seu artigo 87º, define-se o papel da vigilância socioassistencial da seguinte forma:

A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata:

I – das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;
II – do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial (BRASIL, 2012a:26).

A Vigilância Socioassistencial então pode ser dividida basicamente em dois eixos, a Vigilância de Riscos e Vulnerabilidades e a Vigilância dos Padrões de Serviço. A Vigilância de Riscos e Vulnerabilidades tem como seu foco de pesquisa e objetivo os elementos abordados pelo ponto I do artigo 87º, ou seja, a Vigilância de Riscos e Vulnerabilidades se preocupa com o território e as situações de vulnerabilidade e risco social que incidem sobre esse. Já a Vigilância dos Padrões de Serviço objetiva estudar os elementos do ponto II, neste caso, a oferta e disponibilidade de serviços, a qualidade desse serviço ofertado e a articulação desses serviços pela rede socioassistencial, como no esquema da Figura 1.

Figura 1 – Vigilância Socioassistencial e seus eixos



[Fonte: LIMA & Mendes, 2015 (adaptado)]

As Orientações Básicas da Vigilância Socioassistencial definem que:

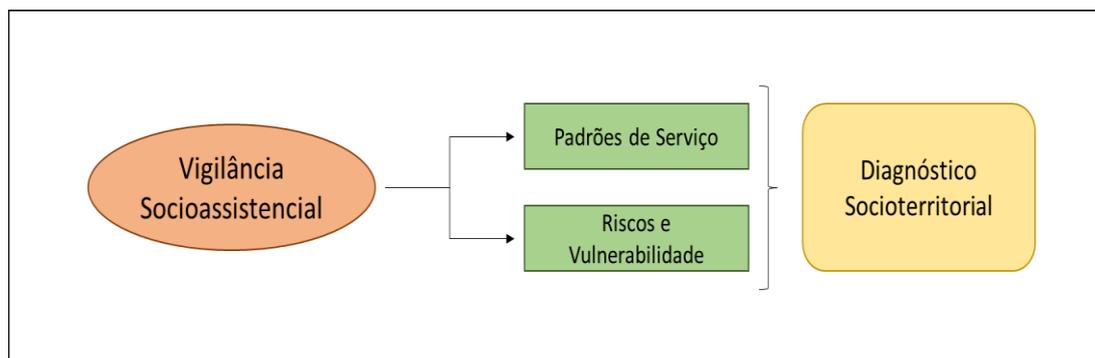
O eixo da vigilância de riscos e vulnerabilidades busca realizar a identificação dessas situações nos territórios, especificando sempre que possível os fatores de vulnerabilidade e os grupos, famílias ou indivíduos afetados por tais fatores.

O eixo da vigilância dos padrões dos serviços busca produzir e sistematizar informações referentes à oferta dos serviços e benefícios, de forma a contribuir com o aprimoramento da qualidade dos mesmos e com sua necessária adequação ao perfil de demandas do território (BRASIL, s./d.: 14-15).

Isso quer dizer que a Vigilância Socioassistencial deve trabalhar em prol da confecção de diagnósticos do território e da população, evidenciando os riscos e vulnerabilidades desses territórios e indivíduos além de diagnosticar a realidade da oferta e qualidade dos serviços de assistência social, podendo assim instrumentalizar os gestores com informações e dados consolidados da realidade social da cidade.

Esses diagnósticos da situação de cada eixo da vigilância socioassistencial tem como produto síntese desse trabalho, o diagnóstico socioterritorial (Figura 2). Esse diagnóstico socioterritorial é o resultado da análise da situação do município ou território específico, ou seja, compreende todas as informações produzidas de forma sistematizada para ser utilizada pelos gestores da Assistência Social e por outros setores como: saúde, educação, cultura, habitação, obras e governo (JANNUZZI, 2005).

Figura 2 – A criação de um diagnóstico socioterritorial



[Fonte: LIMA& Mendes, 2015]

Assim, este trabalho buscou analisar estruturação dos diagnósticos socioterritoriais, evidenciar a sua importância, bem como apresentar proposta de trabalho para a sua construção. Para tal é necessário entender a função da Vigilância Socioassistencial, os elementos que compõem um diagnóstico e os produtos que auxiliar a sua análise.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo foi construído utilizando a base de dados nacionais e internacionais, principalmente, BIREME, LILACS, MEDLINE, SCIELO, periódicos CAPES e Google Scholar, acessando os artigos e trabalhos mais atuais e relevantes para o tema. Foram estabelecidos termos-chave para a pesquisa como: vigilância socioassistencial, diagnósticos socioterritoriais, vigilância social, risco e vulnerabilidade social, padrões de serviço, base de dados sociais, SAGI, entre outros.

Paralelo as pesquisas às bases de dados acadêmicas, foi realizada também uma análise da legislação existente acerca do tema. Da instituição e instrumentalização da vigilância socioassistencial dentro do SUAS, especialmente no que se refere à construção de diagnósticos socioterritoriais. Foram pesquisadas leis, normativas, circulares, cartilhas e outros materiais produzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

A partir dos materiais coletados nas pesquisas acima citadas, foram feitas discussões entre os pesquisadores no Centro de Estudos em Vulnerabilidade Social do Laboratório de Geografia Médica da Universidade Federal de Uberlândia. Com isso, o presente artigo foi sistematizado para dar vazão às análises feitas e às contribuições referentes a construção de diagnósticos socioterritoriais, da abordagem territorial e da importância de se utilizar desse material como subsídio para políticas públicas intersetoriais.

DISCUSSÃO

O diagnóstico socioterritorial é um dos produtos mais importantes e desafiadores que a Vigilância Socioassistencial deve produzir. A produção do diagnóstico consta na NOB-SUAS em seu artigo 91º como responsabilidade da Vigilância como explicitado abaixo:

Constituem responsabilidades (...) da área de Vigilância Socioassistencial:

I - elaborar e atualizar periodicamente diagnósticos socioterritoriais que devem ser compatíveis com os limites territoriais dos respectivos entes federados e devem conter as informações espaciais referentes:

a) às vulnerabilidades e aos riscos dos territórios e da consequente demanda por serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e de benefícios;

b) ao tipo, ao volume e à qualidade das ofertas disponíveis e efetivas à população (BRASIL, 2012a:27).

A periodicidade da realização do diagnóstico socioterritorial deve ser, no mínimo, quadrienal por fazer parte do Plano de Assistência Social. Porém é recomendável que esse diagnóstico seja mantido atualizado durante todo o período para que as ações possam ser pautadas e avaliadas através dele (BRASIL, 2004; 2005b; 2012).

O diagnóstico é instrumento fundamental da Política de Assistência Social de um município. Tal importância se dá na obrigatoriedade da sua presença no Plano Municipal. Além disso, é preciso conhecer para intervir, principalmente no que tange políticas públicas de desenvolvimento local. Os benefícios da utilização de diagnósticos socioterritoriais no planejamento e ação de Políticas Públicas são notáveis, principalmente nos resultados de uma intervenção mais assertiva, graças ao conhecimento daquela realidade (LAISNER & PAVARINA, 2013).

Por essa importância, o diagnóstico socioterritorial precisa ser bem entendido no seu conceito, nos seus objetivos e na sua estrutura para que consiga fornecer as bases para uma Política Pública mais eficiente. A partir disso, entende-se o diagnóstico socioterritorial como a análise interpretativa de uma determinada realidade social, que possibilita conhecer as necessidades e demandas desse território e de seus cidadãos; isto é, o diagnóstico busca compilar as particularidades do território, suas características e as dimensões da vulnerabilidade e risco

social dessas famílias. Ainda deve abarcar também as potencialidades do lugar para que essas possam ser aproveitadas e incentivadas.

Juntamente a isso, deve constar no diagnóstico, a rede socioassistencial, com toda a trama de proteção social, seja da Assistência Social, seja das demais políticas públicas, e ainda da ação das organizações não governamentais; isso para que possam ser identificados os cidadãos que estão sendo assistidos por essa rede e os que não estão sendo assistidos, reconhecendo assim as demandas desse território (BRASIL, s/d.).

Diagnóstico socioterritorial e sua estrutura

Conhecer a estrutura de um Diagnóstico Socioterritorial e compreender os elementos fundamentais que devem estar presentes nesse instrumento é de fundamental importância para que ele cumpra seu papel, de evidenciar as questões e potencialidades de um dado território bem como as estratégias para superar os riscos e vulnerabilidade e aproveitar as potencialidades dos sujeitos e do lugar.

Para a realização de um Diagnóstico deve-se utilizar indicadores que sejam capazes de explicar a relação dos indivíduos e das populações com o lugar e os serviços públicos ofertados (tipo, volume e padrão de qualidade). Mas, é preciso considerar que o território, como um recorte espacial, não se explica totalmente sem os nexos multiescalares, espaciais e temporais.

Ainda que consideremos o cotidiano como uma escala privilegiada para análise e intervenção no território, é preciso estar atento aos processos que se dão em outras escalas, meso e macrorregionais, nacionais e internacionais que afetam o lugar e as populações. Portanto, o território deve ser considerado como o contexto das relações entre a população e o lugar, na produção das condições de vida dos indivíduos (LACOSTE, 2003; SANTOS, 2000; LIMA, 2013).

O Artigo 20º da NOB-SUAS indica que a política de desenvolvimento social nas áreas de vulnerabilidade deve se valer de diagnósticos socioterritoriais, elaborados a partir da leitura dos territórios, que pode expressar a complexidade da realidade e permite identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que as caracterizam:

(...) o diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades (BRASIL 2012:11).

Logo em seguida o artigo 21º da NOB SUAS (BRASIL 2012), o diagnóstico socioterritorial resulta de:

I - Um processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações de resultados e de impacto das ações planejadas;

II - Identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários;

III - Reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e definição de territórios prioritários para a atuação da política de assistência social. Utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações;

IV - utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações (BRASIL, 2012a:11).

Sendo assim, o Diagnóstico Socioterritorial é a compilação da coleta de dados e análises da Vigilância de Riscos e Vulnerabilidades e da Vigilância de Padrões dos Serviços. O Diagnóstico tem como objetivo a investigação das situações de risco e vulnerabilidade nos territórios, a avaliação de resultados das ações planejadas, a identificação da rede

socioassistencial e outros serviços, reconhecimento da oferta e demanda para a definição de prioridades, através de dados territorializados (LAZZARI, 2014).

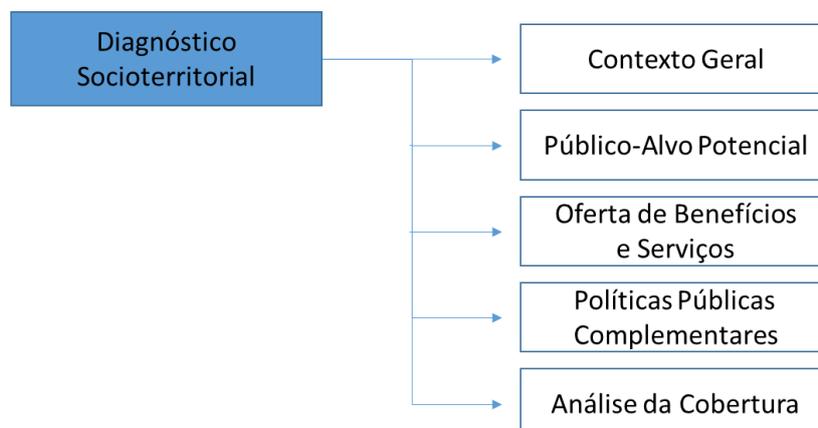
No documento das Orientações Técnicas para a Vigilância Socioassistencial é descrita uma sugestão de estrutura para o Diagnóstico Socioterritorial. Nesse trecho, é apresentado o conjunto de dados que devem constar em um Diagnóstico.

De forma geral, deve-se abordar:

- 1) Variáveis e indicadores de contexto. Visam apresentar as condições gerais de desenvolvimento econômico e social dos municípios de forma muito sintética as informações essenciais das seguintes áreas: demografia, educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, economia e meio ambiente. Devem ocupar não mais que 25% do documento produzido.
- 2) Variáveis e indicadores de caracterização da demanda potencial para os Serviços e Benefícios da Assistência Social. Objetivam apresentar uma referência numérica que possa ser utilizada como proxy da demanda potencial, ou como dimensionamento do público alvo, para cada um dos serviços e benefícios do SUAS em um dado território. Devem considerar, todos os Serviços Socioassistenciais Tipificados, os Benefícios Eventuais, o Benefício de Prestação Continuada – BPC e o benefício pago por meio do Programa Bolsa Família.
- 3) Variáveis e indicadores relativos à estrutura de oferta dos Serviços e Benefícios da Assistência Social. Objetivam apresentar, por meio de dados quantitativos, informações sobre a existência, ou não, de oferta de cada um dos serviços tipificados e benefícios do SUAS em um dado território, bem como a caracterização do volume de oferta e/ou da capacidade instalada, devendo ainda, quando possível, incluir indicadores relativos à qualidade da oferta instalada e à existência e volume de financiamento federal para os referidos serviços e benefícios.
- 4) Variáveis e indicadores relativos à estrutura de oferta das demais políticas públicas, exclusivamente no que se refere aos pontos de contato e de complementariedade entre estas e a Assistência Social. Objetivam apresentar, por meio de dados numéricos e de dados categóricos, informações sobre a existência, ou não, de outras ofertas que, embora não integrem as ações de assistência social, constituem “retaguardas” ou pontos de apoio indispensáveis à dimensão intersetorial da atenção aos usuários da política de assistência. Nesse sentido, se destacam estruturas de ofertas, relacionadas à Justiça, aos serviços de saúde mental, Equipes/Unidades de Saúde da Família, Programas de Educação em horário integral, etc.).
- 5) Indicadores que correlacionem demanda e oferta, segundo os Serviços Socioassistenciais tipificados e, eventualmente, públicos específicos. Objetiva apresentar indicadores que permitam analisar, direta ou indiretamente, a cobertura dos serviços e benefícios em um determinado território. A análise da cobertura ocorrerá de forma direta quando for possível estimar com razoável precisão o volume da demanda efetiva e da oferta existente, podendo então a relação ser expressa em um percentual de cobertura. A análise da cobertura ocorrerá de forma indireta nas situações em que se tem apenas o dimensionamento genérico do público alvo de um serviço, mas não é possível obter dados mais precisos sobre o volume efetivo da demanda e, por consequência, do nível ótimo da oferta (BRASIL, s./d.:26-27).

O diagnóstico deve conter uma contextualização geral da situação dos territórios, uma análise dos públicos-alvo dos serviços e benefícios socioassistenciais, uma análise da oferta dos benefícios e serviços socioassistenciais, sendo que nesse seja exposta a rede socioassistencial dos territórios, uma análise das condições das outras Políticas Públicas e ainda uma análise da cobertura das redes socioassistenciais (Figura 3).

Figura 3 - Estrutura de um diagnóstico socioterritorial



[Fonte: LIMA & MENDES, 2015]

Para realizar tal tarefa é necessário acessar as fontes de dados pertinentes, abordá-las da maneira correta para, enfim, alcançar os resultados esperados. O Quadro 1 desmembra a tarefa e indica caminhos para a realização do diagnóstico socioterritorial de maneira coordenada.

Quadro 1 - Diagnóstico Socioterritorial: etapas, fontes e produtos

Etapas do Diagnóstico	Tipo de Abordagem	Fontes de Dados	Produto esperado
Contexto Geral	Descrição	IBGE, DATASUS, MTE, SIDRA, dados municipais, etc.	Breve descrição da realidade do município.
Público-Alvo Potencial	Identificação	IBGE, CADÚnico, Bolsa Família, BPC, dados municipais, etc.	Identificação do público-alvo das ações de Assistência Social nos seus variados segmentos. Foco quantitativo.
Oferta de Benefícios e Serviços	Análise	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.	Análise quantitativa da oferta dos serviços e benefícios da Assistência Social além de qualidade do serviço.
Políticas Públicas Complementares	Análise	Secretarias Municipais, Conselhos Municipais, etc.	Análise das Políticas Públicas complementares à Assistência Social. Foco quantitativo.
Análise da Cobertura	Análise	Dados e Análises do Diagnóstico.	Análise direta e indireta da Cobertura da Assistência Social através da relação da oferta e demanda.

Como especificado no Quadro 1, a construção de um diagnóstico socioterritorial ultrapassa a juntada de documentos e dados isolados, mas a análise meticulosa dos dados de demanda e oferta da Assistência Social. O conhecimento do território e demandas por Assistência Social juntamente com a análise da oferta dos serviços e benefícios, ou seja para a análise da cobertura da Assistência Social (BRASIL, s/d).

Com o esse produto final, o Diagnóstico Socioterritorial torna-se uma poderosa ferramenta de gestão e avaliação das ações da Assistência Social, pois nele consta as demandas e as ofertas, as questões e potencialidades, além de uma contextualização geral da situação dos territórios.

Mas para que o diagnóstico fique completo e o mais representativo e analítico possível, é preciso que haja representação gráfica dos dados e principalmente dos territórios. A espacialização e territorialização dos dados são produtos que enriquecem as análises, além de cumprirem normativas do próprio MDS.

Mapeamento, uma ferramenta vital

Como já discutido nesse trabalho, as estratégias e ações da Vigilância Socioassistencial são territoriais, a Vigilância dos Riscos e Vulnerabilidades, Vigilância dos Padrões de Serviço, Busca Ativa, Rede Socioassistencial e o Diagnóstico Socioterritorial são todos fortemente baseado em uma abordagem territorial (SANTOS, 1994; LIMA & MENDES, 2015).

Neste contexto, as formas de representação do território, especialmente as gráficas, são indispensáveis, o que torna o mapa um produto vital para a composição do diagnóstico socioterritorial.

Primeiramente, a identificação dos Riscos e Vulnerabilidades deve ser de maneira territorial, visto que as ações de Busca Ativa e de planejamento precisam ter a distribuição espacial para intervir; isso porque com o mapeamento dos Riscos e Vulnerabilidades tem-se uma representação da distribuição do público-alvo da Assistência Social, como evidenciado no trecho abaixo das Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial:

a Vigilância Socioassistencial sempre que registram e armazenam de forma adequada dados relativos ao território e ao perfil dos usuários, além de informações referentes ao tipo e volume de atendimentos que realizam, contribuindo assim para o mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade e de eventos de violações de direitos em determinado território (BRASIL, s./d.:23)

Outro uso do mapeamento, a representação da territorialização das redes socioassistenciais da cidade. Esse trabalho é um ponto prioritário na organização da rede, bem como da articulação entre os equipamentos e outras políticas intersetoriais:

A Vigilância Sociassistencial deve elaborar relatório com georeferenciamento das unidades:

- 1) públicas e privadas da rede referenciada, isto é, a rede de proteção social de Assistência Social
- 2) públicas e privadas de outras políticas públicas que possam auxiliar no desenvolvimento da capacidade protetiva das famílias, como escolas, saúde da família, núcleos de inclusão produtiva, conselhos tutelares, entre muitas outras. (BRASIL, s./d.:28)

O mapeamento dessas unidades não serve apenas para organização do serviço e planejamento, mas também para a orientação da população e melhor atendimento dessa, a partir do conhecimento e direcionamento para outras políticas a partir da Assistência.

Além dos exemplos acima, o uso do mapeamento pode auxiliar:

- Identificação dos Públicos-alvo;
- Organização da rede socioassistencial;
- Georeferenciamento de Equipamentos Sociais;

- Territorialização dos Equipamentos Sociais;
- Organização da Busca Ativa;
- Planejamento de Ações Intersectoriais;
- Demandas Sociais dos Territórios;
- Demandas Estruturais dos Territórios;
- Planejamento de Investimentos;
- Calibragem de Oferta e Demanda por Serviços;
- Entre outras possibilidades

Baseado nisso que é possível considerar o mapeamento uma ferramenta necessária para a elaboração de diagnósticos socioterritoriais e, conseqüentemente, para a Assistência Social e outras Políticas Públicas.

CONCLUSÃO

A partir da discussão do trabalho, acerca dos dispositivos legais, orientações técnicas e literatura relacionada ao tema torna-se nítida a importância do diagnóstico socioterritorial na boa gestão da Assistência Social e da garantia de proteção social para aqueles que precisam.

Para alcançar tal objetivo com excelência é necessário que os trabalhos de Vigilância Socioassistencial estejam em dia, ou seja, o monitoramento constante dos riscos e vulnerabilidades bem como da vigilância dos padrões de serviços, através da coleta e análise constante dos dados, o que carece da colaboração de todos os setores relacionados.

Especificamente acerca do diagnóstico socioterritorial, faz-se necessário entender a sua estrutura, seguindo o escopo dado pelas orientações técnicas do MDS, contendo uma contextualização geral da realidade do município, balanço da demanda por proteção social, da oferta da rede socioassistencial, dos outros setores que colaborem para a proteção e por fim, a análise da cobertura. O produto final do diagnóstico torna-se uma ferramenta de planejamento baseado em evidência das potencialidades e fraquezas dos territórios e da rede que os assiste.

Ainda, o uso de mapeamento na elaboração de diagnósticos socioterritoriais pode potencializar o poder analítico desse trabalho, bem auxiliar no planejamento das políticas e ações da Assistência Social a partir dele.

Sendo assim, através da proposta de um diagnóstico socioterritorial baseado em metodologias científicas de coleta e análise de dados, juntamente com a representação dessa compilação é possível obter um produto que atenda as normativas da Política Nacional de Assistência Social e, principalmente, municipalizar o planejamento da gestão municipal, podendo assim, serem superadas as questões sociais que afligem os territórios.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF, Senado, 1993.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2004. 175p.
- BRASIL. **Guia de vigilância epidemiológica**. 6. ed. Brasília, DF, 2005a. 813p.
- BRASIL. **Norma Operativa Básica – NOB SUAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Brasília: 2005b. 95p.
- BRASIL. **Norma Operativa Básica – NOB SUAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Brasília: 2012a. 43p.
- BRASIL. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, s./d. 58p.
- BUSS, P. M. Globalização, pobreza e saúde. **Ciência saúde coletiva**, v.12, ed.6, p.1575-1589, 2007.

ENGELS, F.A. **Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra** (Tradução: B.A. Schumann). São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 388p.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público** v.56 ed.2, p.137-160, 2005.

LACOSTE, Y. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França, 3ª. Ed., Campinas, SP: Papyrus. 1993. 264p.g

LAISNER, R. C; PAVARINA, P. R. J. P. O papel estratégico do diagnóstico socioterritorial para desenho, elaboração e avaliação de Políticas Públicas. In: **XXIX Congresso ALAS - 2013**, Santiago: Anais do XXIX Congresso ALAS, 2013. 8p.

LAZZARI, E. **As Pesquisas Avaliativas De Enfoque Misto: bases teórico-metodológicas para a operacionalização da vigilância socioassistencial**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2014. 127p.

LIMA, Filipe Antunes; MENDES, Paulo Cezar. **VULNERABILIDADE SOCIAL E VIGILÂNCIA SOCIAL: aspectos legais e aplicabilidade**. In: VII Simpósio Nacional de Geografia da Saúde. 2015, Brasília. Anais do VII Simpósio Nacional de Geografia da Saúde, 2015.

LIMA, S.C. Promoção da saúde a partir de contextos territoriais. In: REMOALDO, Paula (org.) **Desigualdades Socioterritoriais e Comportamentos em Saúde**, Lisboa, Edições Colibri, p. 31-46, 2013.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 320p.

OLIVEN, R.G. Urbanização e Mudança Social no Brasil. [online] Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010, 146p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000. 176p.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. 172p.

SMITH, K. **Environmental hazards: assessing risk reducing disaster**. London: Routledge, ed.6, 2013. 504p.

SPOSATI, A. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: **SEMINÁRIO DE EXCLUSÃO SOCIAL - PUC/SP**, 1998.

SPOSATI, A. **O.A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004. 96p

TORRES, H. G; MARQUES, E; FERREIRA, M. P; BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos avançados**. v.17, ed.47, p.97-128, 2003.

UNITED NATIONS. **World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights** Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2014.